

Intersetorialidade em Educação e Saúde na atuação de psicólogas(os) na educação básica no Ceará

Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Programa de Pós-graduação em Psicologia (UFC) e do Mestrado Profissional em Psicologia e políticas públicas UFC - Campus Sobral.

✉ ericaatem@ufc.br

Lara Thayse de Lima Gonçalves

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Apoio Técnico FUNCAP.

✉ larathayse@alu.ufc.br

Vitor Batista de Melo

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Apoio Técnico FUNCAP.

✉ vitorbdmelo@gmail.com

Luciana Lobo Miranda

Pós-doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da City University of New York. Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq.

✉ luciana.miranda@ufc.br

Tadeu Lucas de Lavor Filho

Doutor em Psicologia. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE) na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI/UECE) e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Saúde da Família (UECE/RENASF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica (BPI) da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

✉ tadeu.lucas@uece.br

Thales Araujo Dias

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

✉ thalesaraujodias@gmail.com

Resumo:

Até a década de 1990 as relações entre Psicologia e Educação materializaram-se em práticas prioritariamente individualizantes, sem tensionamentos às condições produtoras de desigualdade e exclusão no território escolar. Ideais de normalização e ajustamento estavam no centro da cena escolar, alinhando concepções de saúde e subjetivação. Neste artigo procura-se analisar como a intersectorialidade entre Educação e Saúde comparece atualmente na atuação de psicólogas(os) vinculadas(os) a rede municipal e estadual de educação básica do Ceará. Para tal, realizou-se um recorte da pesquisa “Atuação de psicólogas(os) escolares e educacionais no Ceará: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de educação básica”. Metodologicamente, tem-se como corpus 82 respostas obtidas pela aplicação de questionário online. Quanto aos resultados, os órgãos da saúde se destacaram por sua maior presença, ao serem citados em todas as 10 temáticas abordadas no questionário. Quanto à atuação intersectorial com órgãos da saúde, as temáticas mais frequentemente trabalhadas foram saúde mental, inclusão de PCDs, gênero e sexualidade e medicalização/patologização. Estudantes e professores são os atores escolares a quem mais se direcionam as ações das(os) psicólogas(os). No que se refere às estratégias, há uma convivência entre trabalhos grupais, sobretudo rodas de conversas, atendimentos individuais e encaminhamentos. Muito embora não seja possível inferir sobre o cotidiano da intersectorialidade educação-saúde, as análises são pistas de como as estratégias mencionadas pelas(os) psicólogas(os) tensionam a setorização das políticas públicas e a terceirização do trabalho sobre as demandas escolares atreladas ao fenômeno da queixa escolar.

Palavras-chave: Intersectorialidade, Psicologia Escolar, Saúde, Ceará.

Intersectorality in Education and Health in the work of psychologists in basic education in Ceará

Abstract:

Until the 1990s, the relationship between psychology and education materialized in practices that were primarily individualizing, without tensioning the conditions that produced inequality and exclusion in the school territory. Ideals of normalization and adjustment were at the heart of the school scene, aligning conceptions of health and subjectivation. This article seeks to analyze how intersectorality between Education and Health currently appears in the work of psychologists linked to the municipal and state basic education networks in Ceará. To this end, a section was taken from the study “The work of school and educational psychologists in Ceará: conceptions, challenges and innovations in basic education public policies”. Methodologically, the corpus was 82 responses obtained by applying an online questionnaire. As for the results, the health agencies stood out for their greater presence, as they were mentioned in all 10 of the topics covered in the questionnaire. With regard to intersectoral action with health bodies, the most frequently addressed themes were mental health, inclusion of people with disabilities, gender and sexuality and medicalization/pathologization. Students and teachers are the school actors to whom psychologists' actions are most often directed. As far as strategies are concerned, there is a mixture of group work, especially conversation circles, individual consultations and referrals. Although it is not possible to infer the daily routine of education-health intersectorality, the analyses are clues as to how the strategies mentioned by the psychologists stress the sectorization of public policies and the outsourcing of work on school demands linked to the phenomenon of school complaints.

Keywords: Intersectorality, School Psychology, Health, Ceará.

Intersectorialidad en Educación y Salud en el trabajo de los psicólogos en la educación básica en Ceará

Resumen:

Hasta la década de 1990, la relación entre psicología y educación tomó la forma de prácticas individualizadoras como prioridad, sin tensionar las condiciones que producen desigualdad y exclusión en el ambiente escolar. Ideales de normalización y ajuste estaban en el centro de la escena escolar, alineando concepciones de salud y subjetivación. Este artículo busca analizar cómo la intersectorialidad entre educación y salud aparece actualmente en el trabajo de psicólogos vinculados a las redes municipales y estatales de educación básica en Ceará. Para ello, se tomó una parte del estudio «El trabajo de los psicólogos escolares y educacionales en Ceará: concepciones, desafíos e innovaciones en las políticas públicas de educación básica». Metodológicamente, el corpus fueron 82 respuestas obtenidas mediante la aplicación de un cuestionario online. En cuanto a los resultados, las organizaciones de salud se destacaron por su mayor presencia, ya que fueron mencionadas en los 10 temas abordados en el cuestionario. En cuanto a la acción intersectorial con organismos de salud, los temas más abordados fueron salud mental, inclusión de personas con discapacidad, género y sexualidad y medicalización/patologización. Los alumnos y profesores son los actores escolares a los que más se dirigen las acciones de los psicólogos. En cuanto a las estrategias, hay una mezcla de trabajo en grupo, especialmente mesas redondas, asesoramiento individual y derivaciones. Aunque no sea posible hacer inferencias sobre la vida cotidiana del intersector educación-salud, los análisis dan pistas sobre cómo las estrategias mencionadas por los psicólogos acentúan la sectorización de las políticas públicas y la tercerización del trabajo sobre las demandas escolares vinculadas al fenómeno de las quejas escolares.

Palabras clave: Intersectorialidad, Psicología Escolar, Salud, Ceará.

INTRODUÇÃO

A relação Psicologia e Educação é marcada pelo trabalho desenvolvido na fronteira do chão da escola, posicionando-se dentro e fora do território escolar, com atividades relacionadas a atendimentos individuais, formação de professores, trabalho institucional com a gestão escolar, processos grupais com diferentes atores escolares. Há um certo hibridismo na práxis dessa relação a partir de processos institucionais externos e internos com campo da saúde mental e da saúde em geral. No Brasil, salienta-se que essa configuração é tributária de uma relação historicamente estabelecida em articulação ao desenvolvimento de políticas educacionais desde a década de 1930 (Antunes, 2008; Guzzo *et al.*, 2010).

Em consonância com o advento da expansão das escolas para as classes populares na primeira metade do século XX, a psicologia escolar e educacional inicialmente esteve pautada nos problemas de desenvolvimento e aprendizagem, consolidando uma ênfase clínica e terapêutica sustentada em premissas da Medicina na educação. Essa característica fez emergir diferentes laboratórios de psicologia junto das escolas normais e hospitais durante a década de 1940 em diante, cristalizando um lugar de profissionalização estritamente da saúde legitimado em concepções biomédicas. A partir da década de 1960, o país sofre uma ditadura militar e avança em um suposto desenvolvimento industrial como condicionante para o golpe militar. Neste contexto, as escolas tiveram que adensar uma diretriz tecnicista, corroborando paralelamente com uma atuação psi focada em modelos adaptacionistas a partir desse período (Barbosa e Marinho-Araújo, 2010; Guzzo *et al.*, 2010).

A matriz biomédica de caráter remediativo dos desvios de aprendizagem começa a ser questionada, assim como o fazer da psicologia escolar e educacional a partir da crise da psicologia social no país e na América Latina na década de 1980, cujas lutas sociais também convocavam uma emergência de novas perspectivas de práxis em diferentes áreas como saúde, educação, assistência social, sistema judicial, dentre outros (Barbosa e Marinho-Araújo, 2010; Souza, 2010). A redemocratização do país, com o fim da ditadura militar, possibilitou a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, com isso, as políticas públicas se tornaram processos de trabalho de gestão governamental e de participação social em diferentes governanças.

Partimos de um conceito analítico de política pública que operacionaliza um modo de gestão do Estado em articulação com diferentes segmentos públicos e da sociedade. Trata-se

de uma modalidade de gestão que é referenciada a partir de planejamentos sistemáticos e do desenvolvimento social tendo como base a cooperatividade e a avaliação de impactos na população (Akerman *et al.*, 2014). Para alcançar sua efetividade, a intersetorialidade se torna uma ferramenta-chave de manutenção do exercício das políticas públicas. Segundo a autora Tumelero (2018), existem alguns desencontros entre a concepção teórica e a realidade objetiva de suas práticas, considerando que muitas vezes a intersetorialidade se esvazia em práticas fragmentárias e de setores do Estado. Como consequência, identifica-se uma diáde de ações de governo versus ações de Estado, a relação tênue entre os setores públicos e privados, e a frágil participação social da comunidade.

A intersetorialidade como operador de gestão pública visa estabelecer processos de reciprocidade dos setores do Estado, de modo que suas práticas não sejam vistas apenas pelo fluxograma de seu desempenho, como também pela articulação de saberes que orientam a transformação social. As diferentes articulações de setores, instituições, organizações não-governamentais e outras representações organizadas requerem da intersetorialidade uma dimensão de trabalho em rede, isto é, as políticas públicas por um lado se concretizam na realidade concreta a partir da gerência de recursos, deliberações e avaliações, quanto por outro pelo trabalho em rede que é produto da capilarização relacional entre os atores (Tumelero, 2018).

Dentre os diferentes setores do Estado, a saúde e educação são duas áreas de forte relação do trabalho da Psicologia Escolar e Educacional, de acordo com as autoras Tourinho e Sousa (2021). As autoras explicam que, a tradição de terceirização do encaminhamento dos chamados problemas de aprendizagem e dos desajustes comportamentais, apontados no problema da queixa escolar, foram equivocadamente atribuindo a educação como um não-lugar à educação. Assim, a relação saúde e educação dá-se como uma via de mão única, como se área da saúde fosse responsável pelo caráter remediativo dos problemas na educação.

Tourinho e Souza (2021) questionam a orientação teórica da Psicologia Escolar para o campo das políticas públicas e a intersetorialidade, entendendo que suas fragilidades estão postuladas em diferentes fatores tais como, o processo formativo dos psicólogos e psicólogas, a disputa de saberes fragmentados que estão instituídos na dimensão biologizante da área da saúde, o jogo de poderes entre setores, e o sistema de governança sedimentado e hierarquizado. A exemplo da inserção da Psicologia Escolar, as autoras citam a Lei

13.935/2019, que durou quase 19 anos para ser promulgada desde quando foi iniciado os trabalhos legislativos, e que institui a presença de psicólogas e assistentes sociais na educação básica, atribuindo seu papel na equipe multidisciplinar nas escolas. Emerge então alguns desafios de inserção da categoria para uma intersectorialidade que transversalize o trabalho em rede e que evoque transformações das práticas cristalizadas em Psicologia Escolar e Educacional.

Embora a Lei 13.935/2019 tenha ganhado popularidade nos debates públicos e de ações de governo, a Psicologia já estava presente em ações intersectoriais previstas no âmbito das escolas como, por exemplo, o Decreto Presidencial N° 6.286, de 05/12/2007, que instituiu em seu Art. 1 no "âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, o Programa Saúde na Escola - PSE, com finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde" com a participação de psicólogas e psicólogos vinculados ao SUS, e mais recentemente a promulgação da Lei N° 14.819, de 16/01/2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Esta lei em seu Parágrafo § 1º "constitui estratégia para a integração e a articulação permanente das áreas de educação, de assistência social e de saúde no desenvolvimento de ações de promoção, de prevenção e de atenção psicossocial no âmbito das escolas", cuja diretriz é centralizada a partir do grupo de trabalho intersectorial da saúde, educação e assistência social.

As políticas públicas em diferentes perspectivas acionam os diferentes profissionais e seus saberes a partir de suas pautas e reivindicações desde os anos 1980, o que não foi diferente para a Psicologia. Foi insurgente o reconhecimento da Psicologia Escolar frente às demandas socioeconômicas, políticas e culturais das vulnerabilidades sociais, o que possibilitou uma envergadura da noção de subjetividade no contexto escolar voltado a enfrentar o fenômeno do fracasso escolar. A Psicologia nas políticas públicas de educação e saúde passa a ser engendrada com sua própria insurgência de aportes teórico-metodológicos em uma perspectiva crítica de superação da queixa escolar de terceirização da responsabilidade das demandas escolares para a saúde (Souza; Silva; Toassa, 2021).

Com base nestas considerações, o objetivo geral deste estudo é analisar como a intersectorialidade entre Educação e Saúde comparece atualmente na atuação de psicólogas(os) vinculadas(os) a rede municipal e estadual de educação básica do Ceará. Como

objetivos específicos, pretende-se 1) Mapear as temáticas em que psicólogas(os) acionam diferentes setores para sua atuação; 2) Identificar as temáticas em que se aciona dispositivos da saúde; e 3) Problematicar como se relacionam as temáticas, as ações intersetoriais e o público-alvo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa transversal com delineamento exploratório. Os dados discutidos neste artigo são resultado de uma das etapas - aplicação de questionários - da pesquisa: “Atuação de psicólogas(os) escolares e educacionais no Ceará: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de educação básica”. Esse estudo compõe a pesquisa multicêntrica “Atuação de psicólogas(os) escolares e educacionais na América Latina: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de educação básica”, cujo objetivo geral é compreender e analisar a atuação de psicólogos na educação básica no que se refere às concepções, desafios e inovações para o enfrentamento do fracasso escolar e para a melhoria da qualidade social da escola em países da América Latina. Para tanto, essa pesquisa tem a participação de 23 estados brasileiros para construção de processo investigativo em território nacional, e 8 países latino-americanos, em eixo de estudos internacionais.

A investigação multicêntrica encontra-se em andamento desde 2022, com previsão de término em 2026, e até o momento passou pelas seguintes etapas: 1. Levantamento de dados municipais e estaduais dos estados participantes da pesquisa em seus respectivos portais da transparência acerca do número de psicólogas(os) atuantes na rede básica pública de educação e a caracterização de seu trabalho (carga horária, lotação, vínculo e salário)¹; 2. Recuperação e análise de editais de seleção/concurso público para contratação de psicólogas(os) para atuação na rede básica pública de educação; 3. Aplicação de questionário online a psicólogas(os) atuantes na rede básica sobre seus trabalhos na educação pública.

¹ A etapa de levantamento de dados nos portais da transparência realizada no Ceará foi discutida no artigo “Psicologia Escolar no Ceará: levantamento da inserção profissional de psicólogas/os na rede pública de educação básica” (Gonçalves *et al.*, 2025).

Neste trabalho, discutiremos os dados obtidos a partir da etapa de aplicação de questionário online, com foco específico nas respostas das psicólogas(os) que atuam em municípios do Ceará, nas redes municipais e estadual.

Medidas

O questionário encontra-se em 6 seções: 1 - Identificação (ex. Idade; Identidade de Gênero); 2 - Formação (ex. Graduação e Pós-graduação em Psicologia); 3 - Inserção na Profissão (ex. Cidade em que trabalha; Ano de ingresso na Secretaria de Educação); 4 - Atuação na Profissão I (ex. Níveis de ensino que atua), II (ex. Ferramentas, procedimentos ou técnicas utilizadas no trabalho) e III (ex. Ações realizadas para trabalhar determinadas temáticas); 5 - Produção Acadêmica e de Materiais (ex. Elaboração de materiais ou documentos científicos sobre a atuação profissional na área educacional) ; 6 - Perspectivas de Futuro (ex. Intenção de permanecer no atual ofício e investir em qualificação profissional ou desejo de mudar de profissão).

Cada seção contém questões fechadas e abertas para permitir a coleta de dados quantitativos e qualitativos sobre a atuação das(os) profissionais. A construção e seleção dos itens foi baseada nos objetivos da pesquisa multicêntrica, logo, estes se direcionaram à compreensão e diagnóstico da realidade das(os) psicólogas(os) que atuam no setor educacional.

Coleta de Dados

A coleta ocorreu entre os meses de novembro de 2024 e março de 2025 no estado do Ceará. O questionário foi divulgado de forma individual a psicólogas(os) atuantes na rede básica de municípios e do estado, através das redes sociais dos programas e grupos de pesquisa aos quais as(os) pesquisadoras(os) responsáveis estão vinculadas(os). Houve também contato direto com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) e com as Secretarias Municipais de Educação (SME) de Sobral e Fortaleza, onde no caso da SEDUC-CE e SME Sobral há maior quantidade de profissionais vinculados às secretarias e, na SME-Fortaleza, devido a parcerias prévias, consolidadas em supervisão de estágio curricular, de docentes coordenadores da pesquisa.

Participantes

Participaram do presente estudo 82 psicólogas(os) que atuam no Ceará, selecionadas(os) por meio de uma amostragem por conveniência. A partir dos dados pessoais e profissionais obtidos, foi possível construir a caracterização sociodemográfica desses profissionais, conforme apresentado na Tabela 1. Damos destaque à prevalência de psicólogas mulheres cisgênero (68,3%), ao predomínio de profissionais de raça parda ou preta (53,7%, em somatório), ao nível acadêmico de especialista para a maioria (73,2%), ao ingresso na rede básica de educação nos últimos 5 anos (81,7%, ao considerar o período entre 2020 e 2024) e à paridade entre vínculos estáveis com a secretaria de educação em que atua (51,3%, entre concursados e contratados no regime CLT) e vínculos instáveis/temporários (48,7%, entre contrato temporário, terceirizado, comissionado, prestação de serviço e seleção pública).

Tabela 1 - Características Sociodemográficas dos Psicólogos que atuam no setor da Educação no Ceará

Características	N	%
Identidade de gênero		
Mulher cisgênera	56	68,3
Homem cisgênero	24	29,3
Homem Transgênero	1	1,2
Não informado	1	1,2
Raça		
Branca(o)	38	46,3
Parda(o)	35	42,7
Preta(o)	9	11,0
Faixa etária		
30 a 39 anos	39	47,6
Até 29 anos	32	39,0
40 a 59 anos	9	11,0
50 a 59 anos	2	2,4
Pessoa com deficiência		
Não	77	93,9
Sim	5	6,1
Modalidade de Pós-graduação em Psicologia*		
Especialização	60	73,2
Não fez pós	16	19,5
Mestrado	13	15,9
Residência	5	6,1
Aperfeiçoamento	4	4,9
Cidade em que trabalha		
Sobral	23	28,0
Fortaleza	9	11,0
Jijoca de Jericoacoara	5	6,1
Crato	3	3,7
Icó	3	3,7
Jaguaribe	3	3,7
Outras**	36	43,8
Secretaria de Educação vinculada(o)		
Municipal	64	78,0
Estadual	18	22,0
Cargo ocupado		
Orientadora(or) Educacional	25	30,5
Psicóloga(o) Educacional	17	20,7
Psicóloga(o) Escolar	17	20,7
Psicóloga(o)	15	18,3
Psicóloga(o) Escolar/Educacional	4	4,9
Outros	4	4,9
Ano de ingresso na Secretaria		
2022	25	30,5
2013 até 2019	15	18,3
2021	14	17,1
2023	12	14,6
2024	9	11,0
2020	7	8,5
Modalidade de contrato		
Concursada(o)/Efetiva(o)/Estável	29	35,4
Contratada(o) Temporária(o)	21	25,6
Contratada(o) Terceirizada(o)	15	18,3
Contratada(o) via CLT***	13	15,9
Comissionada(o)	2	2,4
Prestação de serviço	1	1,2
Seleção pública	1	1,2

Legenda: N total = 82. *A porcentagem total excede o valor de 100 visto que os participantes poderiam assinalar mais de uma opção. **Cidades com n < 3. ***Consolidação das Leis do Trabalho.
Fonte: Elaboração dos autores com dados da pesquisa.

Análises de dados

As análises foram conduzidas nos aplicativos R (versão 4.4.2) e RStudio (versão 2024.09.0). A construção e diagramação dos gráficos foram feitas junto ao pacote *ggplot2* (versão 3.5.1).

Inicialmente, foi realizada uma análise descritiva dos dados sociodemográficos de interesse, com o objetivo de delinear as características dos participantes desta pesquisa, conforme já apresentado na Tabela 1. Posteriormente, a fim de responder ao objetivo deste artigo de discutir como a intersectorialidade entre Educação e Saúde comparece na atuação de psicólogas(os) vinculadas a rede municipal e estadual de educação do Ceará, foram selecionadas perguntas objetivas que abordam essa temática, compreendendo que, embora o questionário não se limite à intersectorialidade, ela aparece nessas questões.

O principal item do questionário que responde ao objetivo do manuscrito é o item 4.24: “Em relação às ações ou atividades desenvolvidas, assinale sobre a Atuação Intersetorial em cada temática. (Marque todas que se aplicam).” Para relacioná-lo a outras perguntas associadas, também serão consideradas as respostas dadas aos itens 4.19: “Em relação às ações ou atividades desenvolvidas, assinale o Público de cada temática. (Marque todas que se aplicam).” e 4.22: “Em relação às ações ou atividades desenvolvidas, assinale a Ação Realizada em cada temática. (Marque todas que se aplicam).”

Para esses itens, foi realizado um levantamento dos públicos, ações e dispositivos para cada temática, com o objetivo de identificar padrões associados à atuação intersectorial. Foram elaborados gráficos de barras *clusterizadas* para a visualização e comparação dos dados, nos quais os públicos, ações e dispositivos foram agrupados e ordenados de acordo com as temáticas. Além disso, com intuito de tratar especificamente da intersectorialidade entre a área da saúde e a atuação das(os) psicólogas(os) no setor de educação, foi elaborado um gráfico de barras (Gráfico 2) que ilustra quais das temáticas abordadas por esses profissionais são realizadas em parceria com dispositivos de saúde.

Considerações Éticas

O presente estudo adotou as normas e diretrizes das resoluções 466/2012 e 510/2016 do conselho nacional de saúde e foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade de São

Paulo sob o número CAAE 71628723.8.0000.5561. Todos os participantes desta pesquisa manifestaram seu consentimento por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS

A atuação intersetorial mostrou-se uma prática comum entre psicólogas(os) na rede de educação básica do Ceará, uma vez que pelo menos um dispositivo institucional de outras políticas públicas, do terceiro setor ou de órgãos de controle social foi indicado por um participante como parceiro nas atividades em todas as 10 temáticas abordadas no questionário (Arte, Discriminação Indígena, Discriminação Racial, Educação Midiática, Fracasso Escolar, Gênero e Sexualidade, Inclusão de PCDs, Medicalização/Patologização, Saúde Mental e Violência Escolar). Todavia, algumas temáticas, como Arte (3,7%) e Educação Midiática (4,9%), foram menos frequentemente associadas a distintos dispositivos, enquanto outras, como Saúde Mental (67,1%) e Violência Escolar (57,3%), destacaram-se como as áreas em que as profissionais mais buscam apoio intersetorial, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Frequência de Temáticas com Atuação Intersetorial em parceria com, no mínimo, um dispositivo

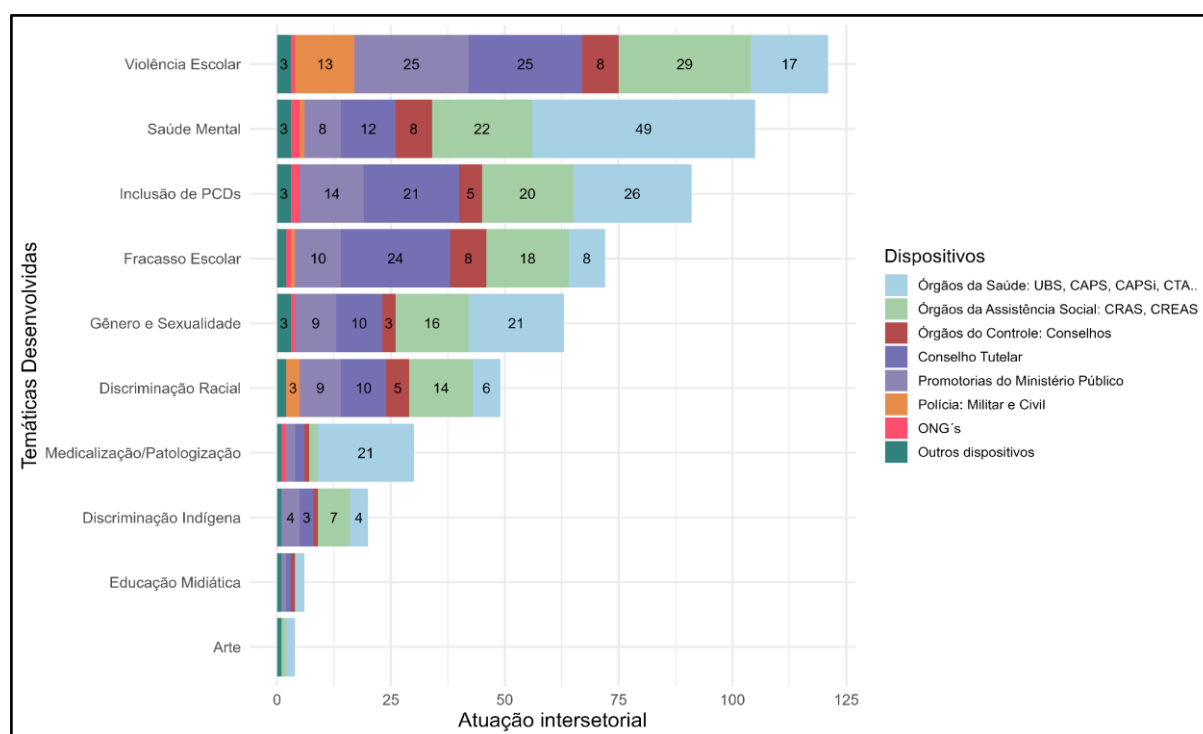
Temáticas	N	%
Saúde Mental	55	67,1
Violência Escolar	47	57,3
Inclusão de PCDs*	43	52,4
Gênero e Sexualidade	35	42,7
Fracasso Escolar	29	35,6
Discriminação Racial	27	32,9
Medicalização/Patologização	22	26,8
Discriminação Indígena	12	14,6
Educação Midiática	4	4,9
Arte	3	3,7

Legenda: N total = 82. *Pessoas com deficiência.

Fonte: Elaboração dos autores com dados da pesquisa.

Em relação aos dispositivos, os participantes possuíam a opção de escolher entre as seguintes categorias: Órgãos de Controle (Conselhos), Órgãos da Saúde (UBS, CAPS, CAPSi, CTA), Órgãos da Assistência Social (CRAS, CREAS), Conselho Tutelar, Promotorias do Ministério Público, Polícia (Militar e Civil), ONGs e Outros Dispositivos. Cada temática poderia ser associada pelo respondente a mais de um desses dispositivos. Os Órgãos da Saúde e Outros Dispositivos se destacaram por sua maior presença, ao serem citados em todas as temáticas, enquanto a Polícia Militar foi a menos referida, ao ser mencionada em apenas 4 categorias. A Violência Escolar e Saúde Mental são as temáticas com maior número de dispositivos acionados para atuações intersetoriais, cuja distribuição por temática é apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Trabalhos Intersetoriais por Psicólogas(os) da rede de educação básica do Ceará em diferentes temáticas.

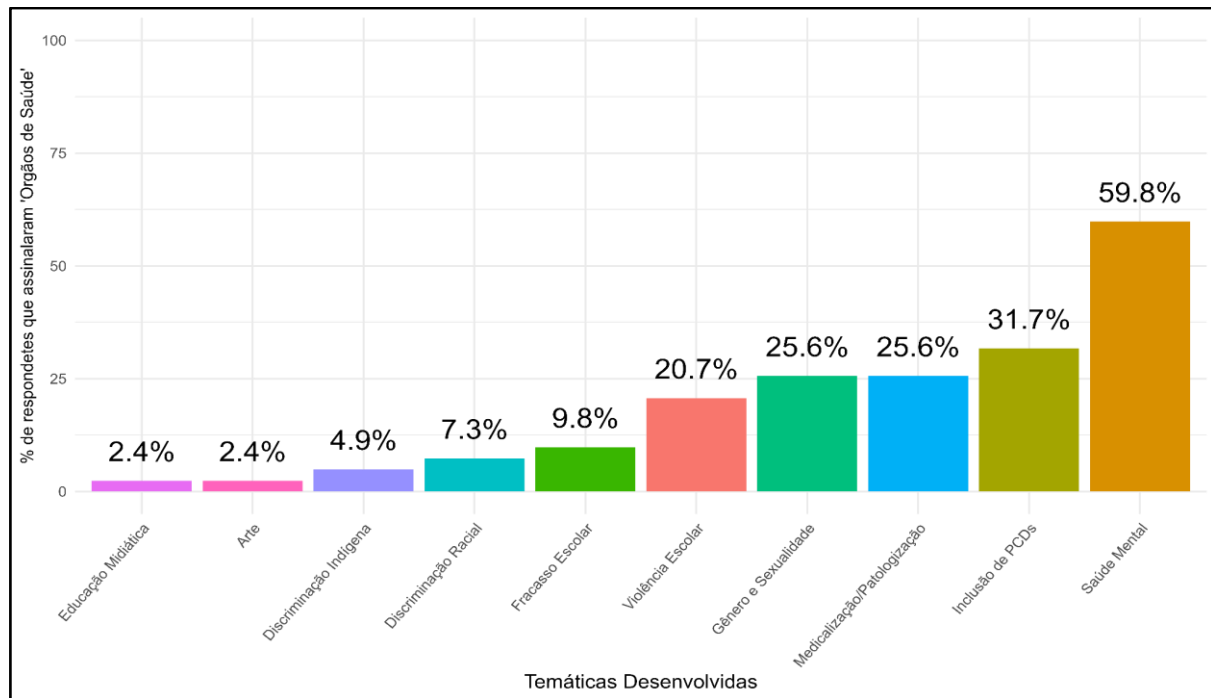


Fonte: Elaboração dos autores com dados da pesquisa.

Ao avaliar os Órgãos de Saúde, observou-se que estes foram apontados como dispositivos de atuação intersetorial em temáticas distintas, com destaque para a Saúde Mental, mencionada por 59,8% das(os) psicólogas(os), seguido pela Inclusão de PCDs (31,7%), Medicalização/Patologização (25,6%) e Gênero e Sexualidade (25,6%). As temáticas violência e fracasso escolar apresentaram menor frequência de respostas em relação aos Órgãos de

Saúde, com 20,7% e 9,8%, respectivamente. Os demais percentuais podem ser visualizados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Frequência de respostas que associam Órgãos de Saúde à atuação intersetorial em temáticas abordadas por psicólogas(os) da Educação.

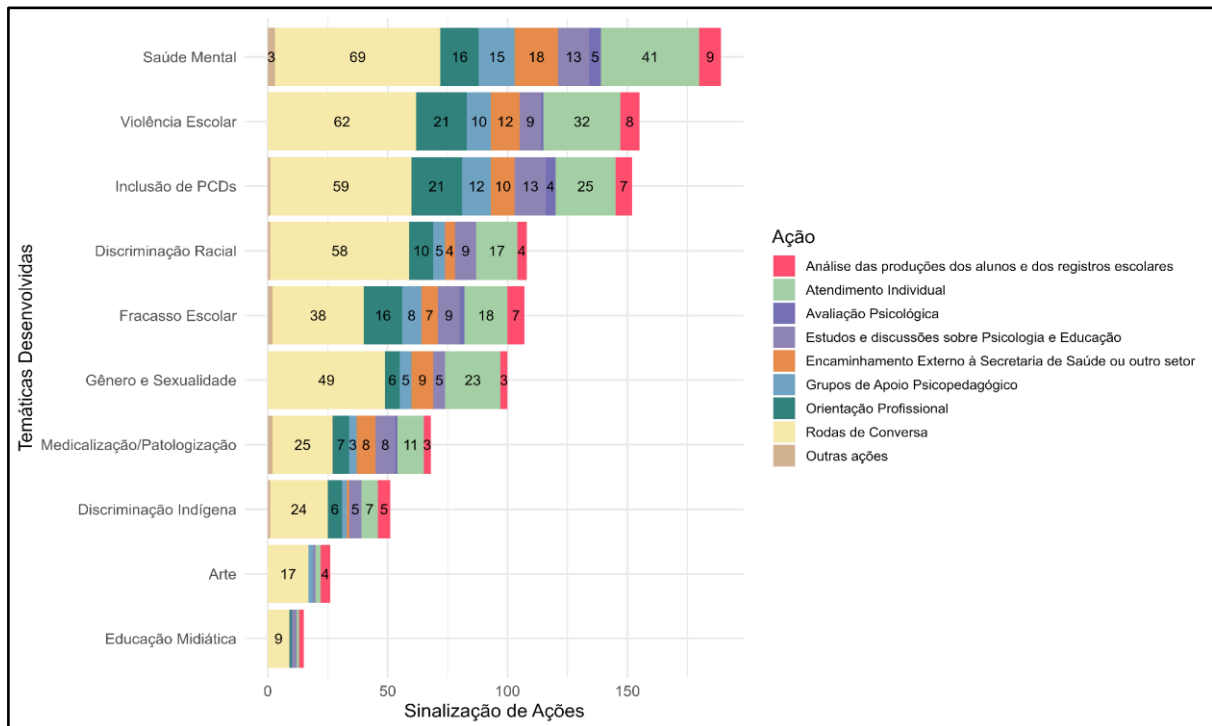


Fonte: Elaboração dos autores com dados da pesquisa.

No que se refere às ações realizadas pelos profissionais nos seus contextos de trabalho, os participantes assinalaram as seguintes opções em relação às temáticas citadas anteriormente: Análise das produções dos alunos e dos registros escolares; Atendimento Individual; Avaliação Psicológica; Estudos e discussões sobre Psicologia e Educação; Encaminhamento Externo à Secretaria de Saúde ou outro setor; Grupos de Apoio Psicopedagógico; Orientação Profissional; Rodas de Conversa; Outras ações.

Dentre as quatro temáticas com maior intersectorialidade na área da Saúde, a Saúde Mental, a Inclusão de PCDs, a Medicalização/Patologização e Gênero e Sexualidade, observou-se que a Roda de Conversa e o Atendimento Individual são as estratégias mais utilizadas pelos profissionais para abordar esses assuntos. Outrossim, o Encaminhamento Externo foi a terceira prática mais utilizada em três das quatro temáticas supracitadas. A distribuição das demais ações é apresentada no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Ações realizadas por Psicólogas(os) da rede de educação básica em diferentes temáticas.



Fonte: Elaboração dos autores com dados da pesquisa.

Ademais, a frequência de temáticas trabalhadas com, no mínimo, uma ação está disposta na tabela 3. Com destaque para a saúde mental, que foi citada por quase todos os respondentes (91,5%), o que evidencia a relevância atribuída a este aspecto no ofício das(os) psicólogas(os) .

Tabela 3 - Frequência de Temáticas trabalhadas com, no mínimo, uma ação.

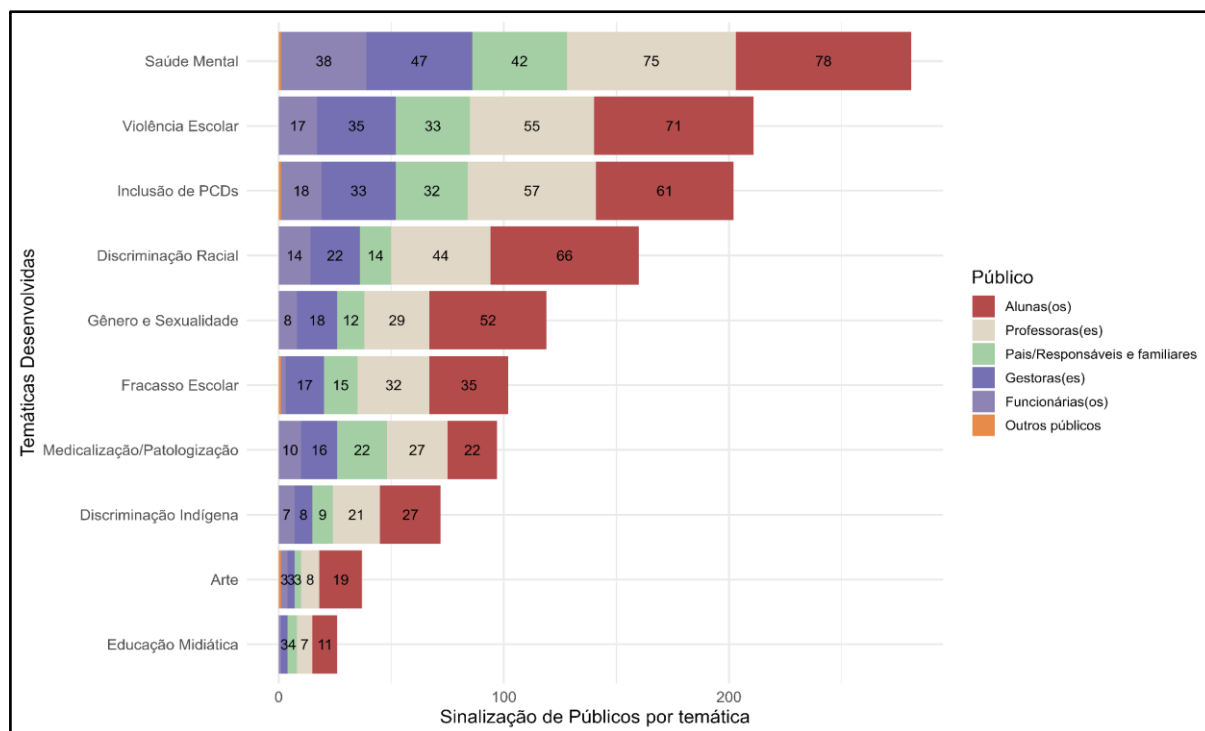
Temáticas	N	%
Saúde Mental	75	91,5
Violência Escolar	68	82,9
Inclusão de PCDs*	65	79,3
Discriminação Racial	61	74,4
Gênero e Sexualidade	54	65,9
Fracasso Escolar	47	57,3
Medicalização/Patologização	33	40,2
Discriminação Indígena	28	34,1
Arte	17	20,7
Educação Midiática	10	12,2

Legenda: N total = 82. *Pessoas com deficiência.

Fonte: Elaboração dos autores com dados da pesquisa.

Por fim, os públicos foram distribuídos, de acordo com o Gráfico 4, nos tipos de ações e temáticas citadas até aqui. Para as respondentes foram apresentadas as seguintes opções: Alunas(os); Professoras(es); Pais/Responsáveis e familiares; Gestoras(es); Funcionárias(os); Outros públicos. Constatou-se que Alunas(os) e Professoras(es) foram os principais públicos atendidos em todas as temáticas. Referente às ações em Saúde Mental, 91,5% das(os) psicólogas(os) indicaram atuação com Alunas(os), enquanto 95,2% mencionaram Professoras(es) na educação básica.

Gráfico 4 - Públicos das ações desenvolvidas por psicólogas(os) da rede de educação básica em diferentes temáticas.



Fonte: Elaboração dos autores com dados da pesquisa

DISCUSSÃO

Demandas educacionais e atuação intersetorial com órgãos da Saúde

É possível estabelecer relações particulares entre as temáticas mais frequentemente trabalhadas pelas(os) psicólogas(os) (a saber, saúde mental, inclusão de PCD, gênero e sexualidade, medicalização/patologização) e o campo da saúde, diante do reconhecimento de que a escola, enquanto espaço de convivência cotidiana e participação em massa de crianças e adolescentes, pode ser um cenário de saúde coletiva (Vieira; Belisário, 2018). Como uma das principais estratégias de articulação entre saúde e educação está o Programa de Saúde na Escola (PSE), que tem a “[...] finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.” (Brasil, 2007, artigo 1º). Dessa forma, a relação saúde-escola se dá, a priori, pela construção de uma rede integrada, a fim de pensar em estratégias de saúde que incluam a participação dos serviços de saúde e dos espaços escolares. No entanto, Carvalho (2015), ao

analisar cenas de atuações do PSE em três escolas da região metropolitana do Rio de Janeiro, destaca dificuldades nessa interação, tais como: caráter descontextualizado em relação a demandas escolares recebidas; desassociação entre ações de educação e ações de saúde, em que profissionais de saúde podem não ter como prioridade a construção de ações pedagógicas em saúde; limitação de alguns profissionais da educação de perceber processos de saúde para além das questões de higiene, alimentação e doença. Dessa forma, convivem diferentes estratégias, mais ou menos assistencialistas, mais ou menos participativas, entre saúde-educação.

No campo da saúde mental infanto-juvenil, em que se implicam serviços de saúde, espaços escolares e a Psicologia, as ações pensadas no campo da saúde têm a intersectorialidade como estratégia de atuação que recorre à educação para consolidação de práticas e saberes coletivos, como apontam Chaves e Caliman (2017). A relação entre escolas e serviços de saúde, em particular os serviços de saúde mental, como os CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil), aparecem incisivamente nos encaminhamentos de estudantes aos espaços de cuidado em saúde mental, particularmente pela associação entre problemas de aprendizagem e problemas de saúde (Chaves; Caliman, 2017). Os dados da presente pesquisa corroboram com esta análise, pois o encaminhamento à secretaria de saúde aparece com maior incidência na temática de saúde mental. Tãno e Matsukura (2019) destacam que, no caso dos CAPSi, apesar dessas ações de encaminhamento não apresentarem uma forma de ação intersectorial, elas abrem espaço para articulação entre setores, e a construção de co-responsabilização em relação à saúde mental de crianças e adolescentes, considerando que as maiores demandas advêm dos espaços com que se estabelece maior contato. Apesar disso, as autoras apontam que a construção de um compromisso comum permanece como maior desafio para efetivar ações intersectoriais em saúde mental, diante de um histórico de fragmentação da assistência às crianças e aos adolescentes (Tãno; Matsukura, 2019).

É possível encontrar na literatura a relevância dada a essa temática, tanto na perspectiva de acionar a saúde, ainda que não seja feito um trabalho em coletivo, quanto através de ações compartilhadas entre equipes de saúde e a psicologia escolar/educacional no desenvolvimento de ações de saúde mental com os espaços escolares (Chaves; Caliman, 2017; Tãno; Matsukura, 2019). Vale ressaltar que a relação entre saúde mental e processos de medicalização e patologização pode ser encontrada em escritos como o de Tãno e Matsukura

(2019), em que os autores destacam a procura dos serviços dos CAPSi para a busca de laudos e medicamentos que possam operar na facilitação da inserção de crianças e adolescentes nas escolas, ou que reduzam o tempo que passam nos espaços educacionais, inserindo essa preocupação com a patologização da vida de estudantes como parte das ações de saúde mental.

Ainda sobre o contexto da saúde mental infanto-juvenil, pesquisas revelam o aumento na incidência de laudos por profissionais do campo da saúde desvinculados dos espaços interacionais, sobretudo a escola. (Fontenele *et al.*, 2023). Os diagnósticos psiquiátricos terminam, nestas perspectivas de análise, reatualizando uma lógica de medicalização da vida, em necessariamente contribuir com a elaboração de ações inclusivas no espaço escolar. (Ribeiro, 2014; 2020). Nesta dinâmica, a psicologia escolar deve ser é interpelada a romper o fluxo entre educação e saúde que naturaliza queixas escolares como fruto de processos psicopatológicos individuais. Os dados mostram que, para as(os) psicólogas(os) da pesquisa, as temáticas da medicalização/patologização e inclusão de PCDs remetem à práticas com setores de saúde e desencadeiam, com grande incidência, ações como rodas de conversa. Esse dado parece corroborar um possível ponto de encontro entre práticas críticas em psicologia escolar e ações educativas em saúde que se esforçam por ampliar espaços de fala da própria comunidade escolar articulada ao seu cotidiano institucional, não se restringindo a palestras (Santiago *et al.*, 2012; Pereira *et al.*, 2021; Pletsch; Sá; Mendes, 2021).

Nacinovic e Rodrigues (2020) destacam a articulação entre uma lógica medicalizante/patologizante voltada para os discentes e a produção da educação inclusiva nos espaços escolares, levando em consideração, especialmente, que estudantes que são entendidas(os) pelo olhar médico-patológico como pessoas com deficiência/com transtornos de desenvolvimento/com altas habilidades ou superdotação são aquelas a quem se destina a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Dessa forma, são os saberes do campo da saúde, que definem, de algum modo, esses sujeitos como destinatários de um determinado trabalho pedagógico, e sua inclusão como parte do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Diante disso, a educação inclusiva, construída a partir dos laudos e da patologização das infâncias e das adolescências, pode recair em um modelo segregatório nos espaços escolares, separando estudantes a partir de um critério biologizante de saúde-doença, e fazendo a convocação de práticas-saberes do campo da saúde, além de

acionar profissionais que, ainda que estejam nas instituições escolares, são reconhecidos como parte da saúde, como as(os) profissionais da Psicologia.

A essas questões é possível relacionar as respostas dadas pelas psicólogas escolares/educacionais cearenses, tanto pela temática “Inclusão de PCDs” ser a terceira com maior índice de respostas, compondo as práticas de 65 das 82 respondentes, quanto por essa ser a segunda temática que mais mobiliza a atuação intersetorial com a saúde (Gráfico 1). As práticas das(os) psicólogas(os) cearenses se inserem em um campo da educação inclusiva marcado por ações que podem validar ou agir na contramão de um movimento médico-centrado, não sendo possível, através das respostas objetivas dadas, identificar como tais atividades são construídas.

A última temática que ganha destaque na articulação intersetorial com a saúde é gênero e sexualidade. De acordo com Gonçalves e Miranda (2022), essas temáticas podem, por vezes, ser trabalhadas nos espaços escolares a partir de uma perspectiva biologizante, que reduz as questões de gênero e sexualidade ao corpo biológico, apenas heteronormativo e binário, a partir de um caráter reprodutivista e amplamente relacionado ao corpo biológico, sem pensá-las enquanto categorias social e culturalmente constituídas, que implicam diversidades. De modo semelhante, o PSE traz diretamente as questões de gênero e sexualidade apenas no item “XII - promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva” (Brasil, 2007, artigo 4º), inserindo-se em uma visão mais biologizante. Ferreira, Piazza e Souza (2019), por outro lado, apresentam uma experiência de ação promovida através do PSE por residentes de medicina que compunham uma equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF) em uma escola pública de ensino fundamental da cidade de Florianópolis, que produzem fissuras ao discutir sexualidade e gênero. Os autores apresentaram as temáticas incluídas nas rodas de conversa e oficinas realizadas, contemplando “1. A cultura do machismo; 2. Anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutores masculino e feminino; 3. Doenças sexualmente transmissíveis (DSTs); 4. Gravidez na adolescência; 5. Relações e conflitos familiares; 6. Métodos contraceptivos; 7. Orientação sexual e identidade de gênero; 8. Projeto de vida” (Ferreira; Piazza; Souza, 2019, p. 4).

No caso das psicólogas(os) cearenses, cabe observar que essa temática compõe o campo de trabalho de 65,9% das profissionais, sendo a quinta temática mais trabalhada, e a terceira temática que mais aciona o campo da saúde. Não podemos assumir, com isso, que há,

necessariamente, uma visão limitada ao campo médico-biológico ao tratar dessas questões, mas sim que a saúde também se relaciona com as escolas cearenses, a fim de lidar com demandas do campo dos gêneros e das sexualidades.

Outro aspecto importante para análise da intersectorialidade saúde-educação recai sobre quais ações são mobilizadas pelas(os) psicólogas(os) escolares, uma vez que podem fortalecer políticas de co-responsabilização entre a dinâmica socioinstitucional da escola, seus atores e outros atores sociais, produzindo espaços de coletivização em detrimento de estratégias clínicas tradicionais. Na próxima seção, são discutidas as metodologias de trabalho das participantes, perspectivando seu potencial de ação em rede.

Estratégias de coletivização e cuidado ampliado

Dentre as ações disponíveis para escolha no questionário, o gráfico 3 demonstra que as ações mais realizadas, para todas as temáticas, são as rodas de conversa, aparecendo com maior frequência nas temáticas de saúde mental e violência escolar. A segunda forma de atuação mais utilizada pelas(os) psicólogas(os) dos municípios e do estado do Ceará é o atendimento individual, também sendo mais frequente nas temáticas de saúde mental e violência escolar. Com isso, as ações promovidas parecem se dividir, principalmente, entre aquelas de caráter grupal e aquelas realizadas de forma individual no ambiente escolar.

As escolhas de rodas de conversa, como estratégia, coadunam com o que é indicado nas Referências Técnicas para Atuação na Educação Básica do Conselho Federal de Psicologia, que descreve, como uma ações a serem realizadas por psicólogas(os) no campo da educação o trabalho com grupos de alunas(os). Segundo o documento, a realização de atividades grupais com estudantes colaboram com a orientação a estudantes em uma diversidade de temáticas que se vinculam ao espaço escolar, bem como podem socializar essas questões (Conselho Federal de Psicologia, 2019). A escolha pelas rodas de conversa como principal estratégia de atuação de psicólogas cearenses também vai ao encontro do que preconizam as leis nº 13.935/2019 e 14.819/2024, que dão destaque ao caráter participativo das ações a serem desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais, no caso da primeira lei, visando a garantia de direitos e uma postura de atuação ancorada em políticas intersetoriais, e pelos setores de

educação, assistência social e saúde, no caso da segunda (Brasil, 2019; 2024; Tourinho; Souza, 2021).

Barros *et al.* (2023) ao realizarem rodas de conversa e oficinas com jovens estudantes de uma escola pública de ensino médio em Fortaleza - CE que tematizavam saúde mental, arte, medo e violência, destacam os efeitos do compartilhamento em grupo para o fortalecimento de laços com o espaço e a comunidade escolar, potencializando uma rede de afetos e aprendizados. As rodas de conversa, como ferramenta de trabalho psi, podem auxiliar no desenvolvimento da melhoria do processo ensino-aprendizagem, na produção de atenção psicossocial com a comunidade escolar, na formação de gestores, e na sensibilização do público escolar para informações cientificamente orientadas no que diz respeito à saúde mental, objetivos das legislações já mencionadas (Brasil, 2019; 2024).

Com isso, este dispositivo pode ser articulador de relações intersetoriais entre saúde e educação. Mello (2019) destaca que as rodas de conversa operam como espaços de diálogo que podem auxiliar o PSE a efetivar a promoção de saúde junto ao espaço escolar, colocando em questão de forma participativa os condicionantes biopsicossociais da saúde. O autor sinaliza, ainda, no caso de ações de um PSE realizado no município de Petrópolis-RJ, que a roda de conversa permite emergir as diversidades que implicam os cotidianos escolares, possibilitando fugir às práticas moralizantes em prol da construção dialogada da educação em saúde. No entanto, há de se tomar cuidado para não se recair em uma prática que crie padrões de saúde e operem uma normatização dos sujeitos na composição saúde-educação. A falta de inclusão da comunidade escolar no planejamento das ações pode criar uma relação de prevalência do setor de saúde sobre o setor de educação, impedindo que, especialmente professores, possam compor ações de saúde enquanto promotores, bem como apontar inconsistências nas ideias das equipes de saúde sobre as formas de atuação e as questões a serem trabalhadas na escola (Mello, 2019).

Em relação à saúde mental e à violência escolar, há de se considerar a incidência de respostas que indicam os atendimentos individuais e encaminhamentos a setores de saúde. Essas ações podem sugerir, por sua vez, um potencial de articulação menor quanto à multiplicidade de atores escolares envolvidos, possivelmente limitando questões a uma lógica individualizante. Contudo, essas práticas parecem conviver com as práticas grupais e que possibilitam ações contextualizadas e dialogadas com a comunidade escolar. A seção seguinte

trabalhará com o público a quem psicólogas(os) destinam suas ações, e podem auxiliar na discussão de como pode estar posta a relação entre a psicologia escolar e as ações de saúde direcionadas à comunidade.

Comunidade escolar e atenção psicossocial

O gráfico 4 destaca o público que participa das ações desenvolvidas. A temática “Saúde mental” também é a mais frequente independente do público da ação. Este resultado coaduna com estudos que discutem o impacto do período pandêmico de Covid-19 e pós-pandêmico na saúde mental de atores escolares (Rocha, 2021; Silva *et al.*, 2022; Souza; Santos, 2024).

Os manuscritos citados colocam que a crescente demanda, desde 2020, relacionada a questões de saúde mental, permeada pelas transformações no cotidiano escolar, está particularmente relacionada aos grupos de docentes e discentes. Os dados apresentados no gráfico 4, de forma semelhante, apresentam estudantes e professores como os principais públicos a participarem das ações de saúde mental promovidas pelas(os) psicólogas(os) escolares respondentes. O terceiro grupo da comunidade escolar com maior participação em atividades no campo da saúde mental são gestores escolares, grupo que, de forma particular, tanto compõe o corpo docente das escolas, quanto é responsável pela organização das questões a serem trabalhadas para o funcionamento de seus espaços.

De forma semelhante à saúde mental, a temática de violência escolar, segunda mais frequente, é trabalhada, em especial, com alunas(os) e professoras(es). Em relação ao grupo de estudantes, o número de psicólogas(os) que realizam atividades que envolvem violência (aproximadamente 86,5% das respondentes) com esse público pode ser associado aos dados apresentados no relatório “Violência no grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas do ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais”, que divulga dados de pesquisa realizada com 497 estudantes de 12 escolas públicas de ensino médio no território do Grande Bom Jardim, localizado na periferia da cidade de Fortaleza - CE.

O relatório apresenta os efeitos psicossociais da violência presente no cotidiano de jovens estudantes, bem como as repercussões para sua inserção e participação efetiva no espaço escolar. Dentre os dados do relatório que podem ser associados à centralidade de

realização de ações relacionadas à violência por psicólogas(os) escolares/educacionais no Ceará, estão: 1. furto, violência sexual e agressão como formas de violência mais comuns no ambiente escolar; 2. escola apontada como terceiro lugar com maior ocorrência de violência, ficando atrás de bairro e outros locais; 3. participação de apenas 7,2% de estudantes em ações de segurança na escola; 4. interferência da violência no processo escolar/educacional para 42,5% dos estudantes; 5. para 21,5 % dos respondentes as condições emocionais para participação no ambiente escolar encontram-se prejudicadas devido a violência (Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, 2023).

Apesar dos dados mencionados serem focados no contexto específico de escolas em uma região da cidade de Fortaleza, é possível relacioná-los a um contexto mais amplo do Estado do Ceará, pensando a relação violência-escola, os efeitos nas percepções de segurança e em aspectos emocionais de estudantes, relacionando questões de saúde mental ao contexto de violência vivenciado no contexto escolar. Tais efeitos podem fomentar práticas de diferentes atores escolares, e parecem demandar em particular de psicólogas(os), como nos apontam as respostas dadas ao questionário discutido neste artigo, bem como recorrem à parceria com outros setores, em particular órgãos da assistência social, órgãos da rede de proteção integral (Conselho tutelar e promotorias do Ministério Público) e órgãos de saúde, como demonstrado pelo gráfico 1.

O segundo público com maior incidência de ações relacionadas à violência escolar é o de professores. Segundo Pinheiro *et al.* (2023), a violência é um fenômeno que atinge toda a comunidade escolar, e, de forma particular, interfere na saúde de docentes, na execução de seu trabalho e em sua qualidade de vida. Os autores, ao realizarem um estudo em formato de questionário respondido por 744 professores de escolas públicas municipais de um município do estado do Ceará, tiveram como resultados relevantes para a presente discussão: 1. 62,2% dos participantes já sofreram violência no ambiente escolar; 2. mais da metade dos participantes já foram vitimizados mais de uma vez; 3. a maioria sofreu agressão por parte de estudantes, e a maioria envolvia agressões verbais; 4. as professoras mulheres tendem a avaliar de forma mais negativa a violência física, considerando uma predisposição do grupo a sofrer violências; 5. a organização de trabalho e agressão verbal são preditores de repercussões físicas, psicológicas e sociais em professores (Pinheiro *et al.*, 2023).

Dessa forma, o contexto de violência vivenciada por esses profissionais compromete seu ambiente de trabalho e se relaciona com prejuízos à saúde, em particular da saúde mental. Ainda, recente revisão de literatura empreendida por Brunhera, Vieira e Bastos (2024), que discute absenteísmo e os transtornos mentais que acometem docentes, aparecem como significativos ao afastamento de professores, influenciando em suas qualidades de vida, e ressaltando a necessidade de construção de ações de saúde com professores. Dessa forma, as questões associadas à violência e à saúde mental constroem demandas de saúde e se inserem como centrais no trabalho das(os) psicólogas(os) municipais e estaduais respondentes, considerando, como demonstrado na Tabela 3, que são trabalhadas por, respectivamente, 82,9% e 91,5% destas profissionais. Ao relacionar a análise psicossocial da violência à problematização das políticas de vulnerabilização que afetam as comunidades, é possível pensar no encontro da escola com as complexidades advindas da falta de acesso a direitos básicos. Segundo Oliveira *et al.* (2024), a escola acessa parte da população excluída de outras políticas públicas, aproximando professores de questões complexas de violência e conflitos escolares, mobilizando-os além de práticas ligadas ao currículo, tendo impacto em sua saúde mental e toda a comunidade.

A necessidade de trabalhar questões relativas à saúde mental e à violência, em particular, com a comunidade escolar é reforçada pela lei nº 14.819/2024. Ao instituir a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, a legislação propõe como objetivos:

I – promover a saúde mental da comunidade escolar; II – garantir aos integrantes da comunidade escolar o acesso à atenção psicossocial; III – promover a intersetorialidade entre os serviços educacionais, de saúde e de assistência social para a garantia da atenção psicossocial; IV – informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância de cuidados psicossociais na comunidade escolar; V – promover a formação continuada de gestores e de profissionais das áreas de educação, de saúde e de assistência social no tema da saúde mental; VI – promover atendimento, ações e palestras direcionadas à eliminação da violência; e VII – divulgar informações cientificamente verificadas e esclarecer informações incorretas relativas à saúde mental. (Brasil, 2024, artigo 2º) (grifos dos autores).

Diante dos objetivos, a correlação entre violência e saúde mental é novamente apresentada na lei, em particular pela inserção do objetivo VI em uma política de assistência voltada ao campo da saúde mental. Ademais, ao ressaltar a imprescindibilidade de promover ações de atenção e cuidado psicossocial com atores escolares, a lei articula-se como possível

resposta às dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar nesse campo, como apresentadas anteriormente neste artigo.

Ainda em relação aos objetivos da lei 14.819/2024, o trabalho intersetorial com os campos da saúde e da assistência social para garantia da atenção psicossocial também pode ser relacionado com as respostas obtidas no questionário. O gráfico 1 permite perceber que, para a temática de saúde mental, são justamente os órgãos de saúde e de assistência que são convocados para a atuação intersetorial. Já em relação à violência, como mencionado, são os órgãos de assistência e proteção os principais acionados, seguidos pelos órgãos de saúde. Denota-se, portanto, a centralidade dessas duas questões no campo educacional, produzindo, para a Psicologia, demandas que são respondidas a partir de diferentes estratégias, como demonstrado no gráfico 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas respostas das/dos psicólogas(os) vinculadas(os) às secretarias de educação (estadual e municipais) do Ceará sobre as suas principais temáticas, estratégias e público pudemos discutir como a intersetorialidade entre Educação e Saúde tem comparecido na atuação de psicólogas(os) vinculadas(os) a rede municipal e estadual de educação básica do Ceará.

Pesquisas sobre intersetorialidade e políticas públicas apontam a importância da perspectiva das equipes, assim como localizam na realidade brasileira o exercício da intersetorialidade como algo ainda experimental e relacionado às ações individuais e esforços dos profissionais (Romagnoli, Silva, 2019). Na presente pesquisa, apesar de trazer discussões sobre temas e metodologias empregadas em ações de caráter intersetorial, por se tratar de um questionário mais amplo, não foi possível inferir nos resultados acerca do cotidiano da relação intersetorial saúde-educação no contexto do Ceará.. Se há um regime de parceria entre saúde e educação, com a presença orgânica, por exemplo, do PSE nas escolas, ou se são as(os) profissionais da psicologia lotadas(os) na educação que acionam a saúde para estar nas escolas. Se a escuta individual produz a necessidade de discussão coletiva em rodas de conversa ou se permanece encerrada como pontual sem maior articulação à dinâmica

institucional. Ou, ainda, como ocorrem os encaminhamentos de discentes e, se uma vez encaminhados, há um acompanhamento com troca de estratégias de cuidado entre saúde-educação. Na verdade, as análises das respostas trazidas no instrumento são pistas que produzem novos questionamentos que merecem no futuro serem aprofundados.

E quais foram estas pistas? De forma geral, a saúde mostrou-se ser um dos campos com maior presença na relação com a educação, com a prevalência dos temas da saúde mental, inclusão de PCD, gênero e sexualidade, medicalização/patologização. Ao atuar com a comunidade escolar, as(os) psicólogas(os) voltam-se prioritariamente ao trabalho com discentes seguido de docentes. No que se refere às estratégias, há uma convivência entre trabalhos grupais, sobretudo rodas de conversas, atendimentos individuais e encaminhamentos. No entanto, a incidência da roda de conversa como estratégia mais frequente em todas as temáticas revelou a preocupação dessas(desses) profissionais com a coletivização e o cuidado ampliado no espaço escolar, discutindo temas como gênero e sexualidade, medicalização/patologização, além de saúde mental. Portanto, as estratégias mencionadas pelas(os) psicólogas(os) têm provocado articulações intersetoriais que tensionam a setorização das políticas públicas e a terceirização do trabalho sobre as demandas escolares atreladas ao fenômeno da queixa escolar.

A atuação da psicologia na educação básica prevista na lei federal 13.935/2019, muito embora venha sendo alvo de articulações, convive com um quadro reduzido de profissionais no Ceará atuando na educação básica. Em pesquisa de levantamento, identificaram-se 223 psicólogas(os) vinculadas(os) aos 71 municípios e 43 atuando na Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) (Gonçalves *et al.*, 2025). A amostra do questionário representa cerca de 37% de psicólogas(os) vinculadas(os) às Secretarias de Educação. As respostas dessas(desses) profissionais revelam a urgência de que esta rede de profissionais seja ampliada, tendo em vista a complexidade das realidades educacionais e a extensão da prática no cotidiano escolar.

Por fim, vale destacar a importância do presente estudo pois há uma carência de dados no que se refere: a quantidade de profissionais da psicologia que atuam na educação e mais especificamente no sistema educacional público; ao engajamento dessas(desses) profissionais no campo e de como se articulam tanto com a comunidade escolar, quanto com outros setores, sobretudo a saúde, foco da presente análise, dentre outras lacunas. Acredita-

se que o presente estudo venha contribuir não apenas com a Psicologia Escolar/Educacional, mas sobretudo com a promoção de uma escola pública de qualidade em que a relação saúde-educação não pode ocorrer sem a participação ativa da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- AKERMAN, M.; SÁ, R.F.de; MOYSES, S.; REZENDE, R.; ROCHA, D. Intersetorialidade? Intersetorialidades! **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4291-4300, 2014. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.10692014>
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: História, compromissos e perspectivas. **Revista de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>
- BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de psicologia (Campinas)**, v. 27, p. 393-402, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300011>
- BARROS, J. P. P.; CAVALCANTE, L. F.; SOARES, M. R. N.; GONÇALVES, L. T. L.; ALVES, I. S.; ALVES, I. S.; NETO, R. C. S. “Bom de papo”: oficinas sobre violência e saúde com jovens de uma escola pública de Fortaleza. **Barbarói**, n. 63, p. 104-122, 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/19567>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.819, de 15 de janeiro de 2024. **Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14819.htm. Acesso em: 7 abr. 2025.
- BRUNHERA, E. C.; VIEIRA, R. S.; BASTOS, P. R. H. O. Absenteísmo docente e os fatores associados: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde**, v. 10, n. 19, p. 9-20, 2024. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/RBPeCS/article/view/1623>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- CARVALHO, F. F. B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1207-1227, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000400009>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- CHAVES, F. A. M.; CALIMAN, L. V. Entre Saúde Mental e a Escola: a Gestão Autônoma da Medicação. **Revista Polis e Psique**, v. 7, n. 3, p. 136-160, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/75328>. Acesso em: 8 abr. 2025.
- CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA. **Relatório de pesquisa: violência no grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas do ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais**. Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, 2023. Disponível em: <https://cdvhs.org.br/wp-content/uploads/2024/08/CDVHS-Relatorio-da-Pesquisa-Violencia-no-Grande-Bom-Jardim-sob-a-perspectiva-de-estudantes-1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

FERREIRA, I. G.; PIAZZA, M.; SOUZA, D. Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, 2019. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1788>. Acesso em: 12 abr. 2025.

FONTENELE, L. Q.; BESSA, L. L.; LAVOR FILHO, T. L.; SOUZA FILHO, J. A.; MIRANDA, L. L. Laudo e Diagnóstico como Dispositivos de (Ex)Inclusão Escolar: Uma Revisão Sistemática. **Revista de Psicologia**, v. 14, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/81699>. Acesso em: 11 abr. 2025.

GONÇALVES, L. T. L.; MELO, V. B.; COSTA, E. A. G. A.; PINHEIRO, F. P. H. A.; LAVOR FILHO, T. L.; MIRANDA, L. L. Psicologia Escolar no Ceará: levantamento da inserção profissional de psicólogas/os na rede pública de educação básica. **AMazônica - Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação**, v. 18, p. 64, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/17495/10872>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GONÇALVES, L. T. L.; MIRANDA, L. L. Possíveis relações entre gênero, sexualidade e escola: Composições de uma pesquisa-intervenção com jovens estudantes. **Psicologia Argumento**, v. 40, n. 110, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/28369>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. C.; MOREIRA, A. P. G.; TIZZEI, R. P., e SILVA NETO, W. M. F. Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, p. 131-141, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500012>

MELLO, M. M. Programa Saúde na Escola: promoção de saúde através das rodas de conversa. **Intervozes: trabalho, saúde, cultura**, v. 4, n. 1, p. 40-55, 2019. Disponível em: https://www.fmpfase.edu.br/Intervozes/Content/pdf/Artigo/Artigo_04_01_03.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

NACINOVIC, R. C. P.; RODRIGUES, M. G. A. Medicalização da educação especial: Tensões na inclusão. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 57, p. 203-221, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34626/esc.vi57.20>. Acesso em: 10 abr. 2025.

OLIVEIRA, B. D. C. de., COUTO, M. C. V., SADIGURSCHI, G., SARDINHA, G. P. G., e DELGADO, P. G. G. Promoção de Saúde Mental no contexto escolar: potências, desafios e a importância da colaboração intersetorial para o campo da Atenção Psicossocial. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, v. 34, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434077pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

PEREIRA, M. D.; PEREIRA, P. L. G.; FARIA, R. G. S.; CORDEIRO, D. R.; VIEGAS, S. M. F. Intersectoral actions between health and education: notes on the Health at School Program. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310224>. Acesso em: 10 abr. 2025.

PINHEIRO, F. P. H. A.; AQUINO, C. A. B.; VIEIRA, E. M.; MARQUES, N. S.; VIEIRA, C. A. L.; CUNHA, E. S.; AGUIAR, H. M. T.; FEIJÃO, A. R. C.; RODRIGUES, H. M. P. Efeitos da violência escolar e do contexto de trabalho na saúde de docentes. **Psico**, v. 54, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/37756>. Acesso em: 5 abr. 2025.

PLETSCH, M. D.; SÁ, M. R. C.; MENDES, G. M. L. A favor da escola pública: a intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, p. 11-26, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/58619>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RIBEIRO, M. I. S. A medicalização da educação na contramão das diretrizes curriculares nacionais da educação básica. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/7047>. Acesso em: 11 abr. 2025.

RIBEIRO, M. I. S. "O problema sempre é na escola": Reflexões críticas sobre a medicalização de crianças e adolescentes em escolarização. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 57, p. 105-123, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34626/esc.vi57.15>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ROCHA, G. S. **Saúde mental e pandemia: um estudo com os professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do Município de Cascavel/PR**. 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5746/5/Geovane_Rocha2021.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

ROMAGNOLI, R. C.; SILVA, B. C. O cotidiano da intersetorialidade e as relações entre as equipes. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 19, n. 1, 107-126, 2019. <https://www.redalyc.org/journal/4518/451859860007/451859860007.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTIAGO, L. M.; RODRIGUES, M. T. P.; OLIVEIRA JUNIOR, A. D.; MOREIRA, T. M. M. Implantação do Programa Saúde na escola em Fortaleza-CE: atuação de equipe da Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira De Enfermagem**, v. 65, n. 6, 1026-1029, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672012000600020>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SILVA, A. P.; GOMES, C. S.; SILVA, K. L.; MALTA, D. C.; FREITAS, M. I. F. Repercussões da pandemia de COVID-19 na saúde mental, estado de ânimo e atividades escolares de adolescentes brasileiros. **REME - Rev Min Enferm**, v. 26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/38632>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. **Em Aberto**, v. 23, n. 83, 14 abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.23i83.2255>

SOUZA, D. S. C.; SANTOS, C. O. Impactos da pandemia de Covid-19 na saúde mental das crianças e adolescentes. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, v. 10, n. 6, p. 1724-1734, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i6.14081>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SOUZA, M. P. R.; SILVA, S. M. C.; TOASSA, G. Atuação e Formação de Psicólogos na Educação Básica: pesquisas e propostas para as políticas públicas. In: SOUZA, M. P. R. (Org.). **Psicologia Escolar e Políticas Públicas para a Educação Básica na América Latina: pesquisas, impasses e desafios**, p. 203-217, 2021.

TÃNO, B. L.; MATSUKURA, T. S. Intersetorialidade e cuidado em saúde mental: experiências dos CAPSij da Região Sudeste do Brasil. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290108>. Acesso em: 10 abr. 2025.

TOURINHO, M. B. A. C.; SOUZA, M. P. R. Políticas Públicas Intersetoriais de Saúde e Educação: a transversalidade da proposta ético-política como desafio para a psicologia escolar. In: SOUZA, M. P. R. (Org.). **Psicologia Escolar e Políticas Públicas para a Educação Básica na América Latina: pesquisas, impasses e desafios**, p. 83-92, 2021.

TUMELERO, S. M. Intersetorialidade nas políticas públicas. **Guajú, Matinhos**, v. 4, n. 2, p. 211-230, jun./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/62201/37266>. Acesso em: 10 mar. 2025.

VIEIRA, L. S.; BELISÁRIO, S. A. Intersetorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola. **Saúde Em Debate**, v. 42, n. spe4, p. 120-133, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S409>. Acesso em: 10 abr. 2025.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).